

PROCESSO Nº
-46/11-

REG. PROC. Nº
-05-

FL. 1
FOLHA Nº
-18v-



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 28/11

Cria o "CARTÃO RECEITA", destinado à renovação automática das receitas de doenças crônicas previamente diagnosticadas aos usuários dos Hospitais, - Prontos Socorros Pronto Atendimento e Unidade de Saúde do Município e dá outras providências.

Autor: de Ver. Pablío José Rebessi.

AUTUAÇÃO

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril de 2011
autuo o Proj. de Lei nº 28/11 em frente.

Eu, , subscrevi



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME
Prot. N.º 616 L. N.º 31 Fis. 14
Recebido em 25/4/2011

FUNCIONÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 28 /2011

(Cria o “Cartão-Receita”, destinado à renovação automática das receitas de doenças crônicas previamente diagnosticadas aos usuários dos Hospitais, Prontos-Socorros Pronto-Atendimentos e Unidades de Saúde do Município e dá outras providências).

Art. 1º Os pacientes dos Hospitais, Prontos-Socorros, Prontos-Atendimentos e Unidades de Saúde, cujo diagnóstico estabelecer o quadro de doenças crônicas e prever o uso de medicamentos de uso contínuo e controlado terão à renovação automática das receitas através do **“Cartão-Receita”**.

Parágrafo único. Consideram-se doenças crônicas, àquelas que prevêm o uso de medicamentos de uso contínuo, tais como hipertensão arterial, diabetes, osteoporose, cardiopatia, vasculares, epilepsia, HIV(aids) entre outras diagnosticadas.

Art. 2º A Secretaria de Saúde do Município ficará responsável pela confecção do **“Cartão-Receita”** e a fiscalização da sua utilização.

Parágrafo único. No **“Cartão-Receita”**, deverão constar os dados pessoais do paciente, a medicação, o nome do médico responsável e a validade do cartão.

Art. 3º O **“Cartão-Receita”** terá a validade de 01(um) ano e será renovado a partir da autorização do médico do Hospital, Pronto-Socorro, Pronto-Atendimento e Unidade de Saúde.

Art. 4º Fica autorizado o Executivo Municipal a proceder convênios com o SUS, Governo do Estado de São Paulo e Governo Federal para viabilizar o **“Cartão Receita”** e o disposto nesta Lei, nas suas unidades de Atendimento à Saúde que atendam na Cidade de Jaboticabal.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias, consignadas em Orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Arlindo Favaro” 25 de abril de 2011.

Pablo Rebessi
VEREADOR



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

JUSTIFICATIVA

Existem no Sistema Público de Saúde, procedimentos burocráticos, que ao invés de resolver certas situações, acabam por atrasar e até emperrar o atendimento à saúde da população.

Este Projeto de Lei visa resolver um problema constante de alguns usuários dos Hospitais, Pronto-Socorros, Pronto-Atendimentos e Unidades de Saúde do Município.

Muitos pacientes mesmo com o seu diagnóstico definido, são obrigados a passar mensalmente pelo médico, apenas para pegar uma receita, pois precisa ser medicado ininterruptamente, isso acontece com medicação referentes a hipertensão Arterial, diabetes, osteoporose, cardiopatia, vasculares, epilepsia, HIV(aids) entre outras. O que ocorre é que na grande maioria dos casos, as pessoas que necessitam destes medicamentos já tem uma idade avançada e mensalmente passam por uma maratona, que começa para marcar a consulta e muitas vezes as pessoas são obrigadas a esperar de 30(trinta) a 60(sessenta) dias para serem atendidos, apenas para retirar a sua receita.

Além de agilizar o atendimento a estas pessoas, que apenas querem a receita para adquirir o seu remédio, sem dúvida, será o fim das filas intermináveis e o prazo para se marcar uma consulta diminuirá certamente.

Propomos ainda, que a Prefeitura proceda Convênios com o SUS, o Governo Federal e Estadual para viabilizar o **"cartão-receita"**, nas suas unidades de atendimento à saúde que atendam no município de Jaboticabal.

Por tais motivos, e por conhecer de perto esta realidade, pedimos o apoio aos Nobres Pares para que atentem e aprovelem esta proposta de Lei, que terá um grande alcance social, e praticamente não trará nenhum ônus aos cofres públicos.

Sala das Sessões "Arlindo Fávoro" 25 de abril de 2011.

Pablio Rebessi
VEREADOR

REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 46771

fls. 18v, do Registro de Processo nº 05

Leme, 25 de abril de 20 4

Funcionário [assinatura]

A Assessoria Legislativa
para parecer em 25.4.11

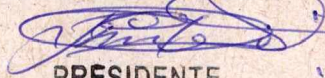
[assinatura]
PRESIDENTE



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

Ao Expediente

25 / 4 / 20 11



PRESIDENTE

(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☒

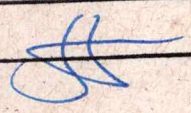
P.U.O.P.S. ☐

Em 25 / 4 / 11

1876 **VISTA** 1895

Em 26 de abril de 20 11

Com vista C. J. F.

Funcionário 



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº. 28/2011

EMENTA: Cria o "CARTÃO RECEITA", destinado à renovação automática das receitas de doenças crônicas previamente diagnosticadas aos usuários dos Hospitais, Prontos Socorros Pronto Atendimento e Unidade de Saúde do Município e dá outras providências.

AUTORIA: Vereador Pablo José Rebessi.

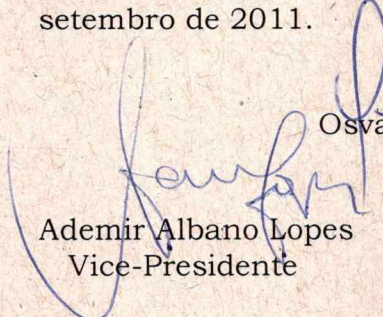
PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reunida na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresenta o relatório, que também é o voto de seus membros, bem como o parecer:

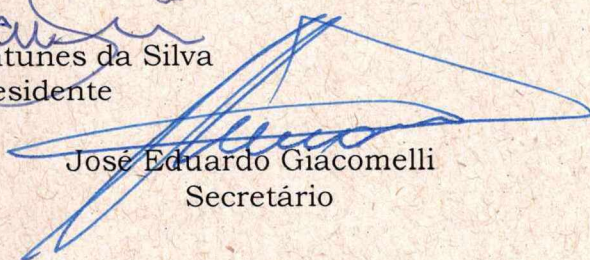
1-) Trata-se de Projeto de Lei, que busca o N.Edil em conferir renovação automática das receitas cujos pacientes obtiverem quadro de doenças crônicas, com utilização de medicamentos de uso contínuos e controlados.

2-) No entender da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, **o projeto é ilegal e inconstitucional frente à Constituição Federal**. Por isso, somos de parecer **CONTRÁRIO** ao projeto de Lei em questão, pois viola o princípio da Separação dos Poderes, avançando o Poder Legislativo em matéria restrita do Poder Executivo, isto é, cabe ao Chefe do Poder Executivo a administração da coisa pública, como também, sem prejuízo, há violação de competência da União, pois a matéria é de competência geral desta, não existindo no caso concreto situação de competência suplementar, pela ausência de demonstração de interesse local.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em 8 de setembro de 2011.


Osvaldo Antunes da Silva
Presidente


Ademir Albano Lopes
Vice-Presidente


José Eduardo Giacomelli
Secretário